



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA

LUCIENE DE NAZARÉ FURTADO DE SOUSA

A DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA:
Na análise das correspondências do fundo “Interventor Magalhães Barata”

BELÉM/PA
2018

LUCIENE DE NAZARÉ FURTADO DE SOUSA

A DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA:

Na análise das correspondências do fundo “Interventor Magalhães Barata”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Arquivologia, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel, em Arquivologia.

Orientador: Ms. Gilberto Gomes Cândido

BELÉM/PA
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S725d Sousa, Luciene de Nazaré Furtado de
 A diplomática contemporânea : Na análise das correspondências do fundo "interventor
Magalhães Barata" / Luciene de Nazaré Furtado de Sousa. — 2018
 47 f. : il. color
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Arquivologia, Instituto de
Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
 Orientação: Prof. Me. Gilberto Gomes Cândido
1. Diplomática Contemporânea. 2. Identificação. 3. Tipologia Documental. 4. Magalhães
Barata. 5. Arquivos pessoais e institucionais. I. Cândido, Gilberto Gomes, *orient.* II. Título
-

LUCIENE DE NAZARÉ FURTADO DE SOUSA

A DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA:
Na análise das correspondências do fundo “Interventor Magalhães Barata”

Este trabalho de conclusão de curso foi avaliado e aprovado para obtenção do grau de bacharel, no Curso de Arquivologia, da Universidade Federal do Pará - UFPA.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Ms. Gilberto G. Cândido (Orientador)

Dra. Iane Maria da Silva Batista (examinadora)

Ms. Renata Lira Furtado (examinadora)

Belém/PA
2018

Dedico este trabalho ao meu Deus e Pai, a minha família que sempre sonhou comigo e acreditou no meu potencial. Meu muito Obrigada!

Agradecimentos

Devemos ser gratos por tudo que Deus nos concede. Por isso abro meu coração para falar da imensa alegria que sinto por ter chegado até aqui.

Obrigada, Paizinho Querido, pelo dom da vida e por me transformar em uma pessoa melhor a cada dia! Sem tua presença magnífica eu não seria nada. Obrigada pela capacidade que me deste de chegar tão longe, quando nem eu mesma acreditava.

Neste caminho tive o privilégio de ter pessoas maravilhosas que me apoiaram em tudo. “Marido”, eu agradeço pelo apoio diferenciado e por acreditar em mim, pela paciência, pelos momentos de “bad” e pelas chatices também. Meu pedacinho Guilherme, sempre carinhoso e cuidando de mim. Seus abraços sempre me confortaram! Amo vocês!

Meus pais, Alda e Luiz, que sempre fizeram de tudo que estava ao seu alcance para que eu chegasse aos meus objetivos. Concederam-me, sem hesitar, oportunidade de estudar e desenvolver as várias faculdades da vida! Vocês são a alegria do meu viver! Agradeço as minhas “manas” Luciana, Luciane e Maykla e suas famílias, pelo apoio e carinho nesta jornada! Vocês são tudo pra mim!

Agradeço também a outro pedaço da minha família, que sempre comemorou comigo as minhas conquistas: minha sogra Maria Damião. Muito Obrigada!

Aos amigos que conquistei nestes anos “loucos”, de equipe de trabalho se tornaram amigos de verdade: Dilcilene, Raí, Fátima, Adriana, Fellipe e Laécio.

Agradeço ao meu amado professor e orientador Gilberto Cândido, pela enooooooooorme paciência dispensada a mim, pelo conhecimento transferido, pelos “incentivos” sem igual, pelo carinho e cuidado que teve comigo durante o desenvolvimento deste trabalho.

Turma de 2014, obrigada, por me deixar fazer parte do convívio de vocês!

Aos meus xodós Elayne, Maria Luiza, Ana Roberta, Leandro, Isy, Bruna Reis e Francisca.

Aos queridos professores que contribuíram, cada um a sua maneira, na minha vida acadêmica!

Grata!

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo analisar o Fundo “Interventor Magalhães Barata”, seguindo os meios de Identificação baseados na Diplomática Contemporânea e como esse processo contribui para a eficácia da pesquisa pública e acadêmica. Por este motivo, explanamos os conceitos de Identificação, enaltecendo a importância deste processo na organização da massa documental já citada. Mostramos também a trajetória e o desenvolvimento conceitual e prático da Diplomática Contemporânea aplicado especialmente nas correspondências do Fundo “Interventor Magalhães Barata”. Militar por formação, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, nomeado Interventor do Estado do Pará, na década de 1930, por Getúlio Vargas. Considerado o “Pai dos Pobres” pelas classes menos abastadas paraense, instituiu um canal de comunicação através de correspondências que lhe eram destinadas para ouvir reclamações e petições do povo. Cativou amigos e inimigos políticos. Nesta produção textual, as cartas serão nossa base para a identificação da informação e caracterização da pesquisa. Para extrair as informações dos documentos, aplicamos o Padrão de Análise Diplomática proposto pela autora Tognoli (2013), sendo imprescindível neste processo de Identificação das correspondências.

Palavras-chave: Diplomática Contemporânea. Identificação. Tipologia Documental, Magalhães Barata. Arquivos Pessoais. Arquivos Institucionais.

ABSTRACT

The objective of the research was to analyze the fund "Interventor Magalhães Barata" following the means of identification based on contemporary diplomatic and how this process contributes to the effectiveness of public and academic research. For this reason we have explained the concepts of identification extolling the importance of this process in the organization of the document mass already cited. We also show the trajectory and conceptual and practical development of the contemporary diplomatic applied especially in the correspondences of the fund "Interventor Magalhães Barata". Military by training, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, named the state of Pará in the decade of 1930 by Getúlio Vargas. Considered the "father of the poor" by the less affluent classes in Pará, he instituted a communication channel through correspondences that were destined to hear the people's complaints and petitions. He captivated friends and political enemies. This textual production, the letters, will be our basis for the identification of the information and characterization of the research. To extract the information from the documents we apply the standard of diplomatic analysis proposed by the author Tognoli (2013) being indispensable in this process of identification of correspondences.

Keywords: Contemporary diplomatic, Identification, documentary typology, Cheap Magellan. Archive people. Institutional archive.

LISTA DE FOTOGRAFIA

Fotografia 06 -Carta Simples	38
Fotografia 08 -Carta Simples	40
Fotografia 10 – Carta Simples.....	42

LISTA DE ANÁLISE

Análise 07 - da Fotografia 06 – Carta Simples.....	39
Análise 09 - da Fotografia 07 – Carta Simples	41
Análise 11 - da Fotografia 10 – Carta Simples.....	42

LISTA DE QUADRO

Quadro 01 – Elementos da Forma Documental	22
Quadro 02 – Caracterização do documento textual	23
Quadro 03 – Categoria Documental	34
Quadro 04 – Carta do fundo Magalhaes Barrata	36
Quadro 05 – Padrão para Análise Diplomática	36

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	13
2. A DIPLOMÁTICA E SEUS ASPECTOS TEÓRICOS NO TRATAMENTO DOCUMENTAL	17
2.1 DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA	21
2.2 A IDENTIFICAÇÃO COMO ELEMENTO ESSENCIAL NA ANÁLISE DOCUMENTAL	27
2.3 ARQUIVOS PESSOAIS E INSTITUCIONAIS	30
3. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA: O FUNDO/ACERVO “INTERVENTOR MAGALHÃES BARATA”	33
3.1 ANÁLISE DAS CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS NO PERÍODO 1934 E 1935 DO FUNDO “GABINETE DO INTERVENTOR”	34
4.CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
5.REFERÊNCIAS	47

1.INTRODUÇÃO

A necessidade de organização documental ajudou na consolidação das práticas arquivistas, dentre elas: a identificação que se tornou relevante para a Análise Documental, no que se refere à Gestão Documental.

Com isso, o termo identificação se fez oriundo do resultado dessas experiências metodológicas que foram desenvolvidas por grupos de arquivistas em países ibero-americanos, buscando auxiliar os problemas de acúmulo de documentos, nos arquivos institucionais.

Sendo assim, a Diplomática aparece como princípio de técnica no século XVII, cujo intuito era de conceder autenticidade aos documentos, como títulos de terra da Igreja Católica, por meio de técnicas que auxiliavam a determinar essa autenticidade.

Desta forma, a Diplomática, em sua concepção clássica, buscava analisar a estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e notarial, além de suas características intrínsecas e extrínsecas, ou seja, a estrutura formal dos atos escritos e a disposição semânticas das informações nele contidas (BUENO,2013).

Logo, a Diplomática Contemporânea busca estudar e analisar a estrutura do documento; e observar a contextualização nas atribuições, competências e atividades da entidade geradora/acumuladora (BELLOTTO,2008).

Posto isto, faz-se necessário analisarmos os conjuntos documentais, para que não se conheça somente a estrutura, mas também a razão a qual foi produzido. Deste modo, o objeto deste trabalho é o Fundo “Interventor Magalhães Barata”.

Joaquim de Magalhaes Cardoso Barata nasceu no distrito de Val-de-Cães, em Belém, do Pará, no dia 02 de junho de 1888. Filho do Major Marcelino Cardoso Barata e de Gabrina de Magalhaes Barata, ingressou na carreira militar em 1904, tendo sua formação na Escola Militar do Realengo no Rio de Janeiro.

Magalhães Barata envolveu-se em vários levantes rebeldes e revolucionários, chegando a ser preso e fugindo para fora do país. Seu regresso deu-se meses antes da Revolução de 1930.

Logo, clandestinamente no Pará, tornou-se um dos articuladores da revolução no Pará, mesmo disfarçado foi preso e enviado ao Rio de Janeiro. Após o ocorrido, retornou a Belém, onde assumiu o cargo de Interventor Federal no Pará, em 12 de novembro de 1930.

Durante sua interventoria, criou um canal de comunicação entre o governo e o povo, possibilitando que as reclamações, petições e necessidades desses chegassem a ele. Eis o motivo do acúmulo de cartas enviadas ao seu gabinete.

O Fundo, atualmente, está sob custódia do Arquivo Público do Estado do Pará que foi fundado em 1894, e custódia exemplares documentais que contam a história administrativa de uma enorme região conhecida como Amazônia Brasileira, composta por região norte, Maranhão e Tocantins.

O acervo possui mais de 4 milhões de documentos, entre escrituras, inquéritos, e iconografias produzidos a partir do século XVII, na Amazônia, Refere-se às áreas limites do estado brasileiro, incluindo os países da pan-amazônia; resguardando, assim, grande parte da história da região. O documento mais antigo é datado de 1649, que mostra as demandas administrativas do capitão-geral de Belém para o Rei de Portugal, com pedidos de fardamento, pólvora e alimentação; e o último documento do arquivo é um boletim de ocorrência da Polícia Militar do Estado, de 1986.

Recentemente, passou por uma reforma. Esta modernização possibilitou a digitalização de parte de seus arquivos, sendo disponibilizados para consultas, pesquisas e também para visitas espontâneas e programadas.

Basearemos esta pesquisa nas cartas recebidas no período de 1934 a 1935; período que corresponde a primeira fase de sua interventoria.

Portanto, observando a importância da preservação desse conjunto documental, buscamos reunir informações acerca dos documentos produzidos pela ação política do Interventor Magalhaes Barata e sua influência social na comunidade paraense, da década de 1930; com o propósito de responder o seguinte problema: *Os meios de Identificação Documental baseados na Diplomática Contemporânea podem auxiliar na Identificação da tipologia documental “Correspondências” em acervos pessoais/institucionais para fins de pesquisa?*

Assim, apresentamos como Objetivo Geral: demonstrar os aspectos da tipologia documental *carta* encontradas no Fundo “Interventor Magalhaes Barata”, precisamente nas suas correspondências. Baseando-se neste objetivo geral chegamos aos seguintes Objetivos Específicos:

- Apresentar os aspectos teóricos sobre a Diplomática;
- Identificar os aspectos nos documentos Fundo em questão formado pelas correspondências;

- Aplicação do Padrão de Análise Diplomática feito por Tognoli, em um recorte temporal nas correspondências do Fundo “Interventor Magalhães Barata”.

De modo a atingir os objetivos apresentados, descrevemos a seguinte metodologia: a pesquisa aconteceu por meio de Estudo de Campo, tendo como complemento a pesquisa Bibliográfica, Exploratória e Descritiva; baseando-se em livros, periódicos e artigos científicos.

Para identificação das tipologias documentais, usou-se o método de análise e a estrutura da Diplomática Contemporânea, apresentada pela autora Tognoli (2013), denominado de *Padrão de Análise Diplomática* que irá auxiliar no entendimento da gênese documental desse acervo tão importante.

A razão a qual foi escolhido este objeto, justifica-se no conhecimento e manuseio da história deste acervo e sua relevância para propagação dos estudos e pesquisas realizadas em relação ao conteúdo das cartas recebidas pelo Interventor Magalhães Barata e sua influência política e social nos anos 1930.

De acordo com Belloto (2002), “os documentos de espécie correspondências são os que, em geral, derivam dos atos normativos determinando-lhes a execução em âmbito mais restrito de jurisdição, alvará, intimação, circular, exposição de motivos, aviso, edital, portaria, memorandos”.

Portanto, esta pesquisa tem o intuito de trazer reflexões sobre o uso da Diplomática Contemporânea nos arquivos pessoais/institucionais, de forma a agregar o conhecimento que se obteve desse acervo e do produtor ao estudar as estruturas dos documentos.

Entendemos que este acervo “Interventor Magalhaes Barata” é organizado para que haja, tanto a preservação da memória do produtor, como coloca ao nosso dispor informações relevantes de um período importante na história; não só do Estado do Pará, mas também do Brasil. Viabilizando a pesquisa e confirmando a importância do profissional arquivista na Gestão de Documentos.

A pesquisa foi estruturada e delineada em 5 (cinco) capítulos que serão apresentados da seguinte maneira:

A introdução apresenta, de forma breve, os pontos principais que serão abordados, tais como: o Acervo e seu autor, bem como as motivações que levaram a elaboração dessa pesquisa; nessa parte demonstra-se ainda o objetivo geral e os específicos que buscam esclarecer o intuito do trabalho. Logo, com o auxílio da

metodologia, busca-se expor a estrutura do trabalho, de modo que os objetivos sejam atingidos.

No capítulo 2, apresentaremos a Diplomática e os aspectos teóricos do tratamento documental, baseando-se nos estudos mais recentes e no aprofundamento das técnicas de Identificação. Apresentaremos ainda, os diferentes aspectos entre a Diplomática Clássica, Moderna e Contemporânea; partindo da análise documental e seguindo o raciocínio, apresentamos a Identificação como método de Análise Documental para que haja a devida Gestão de documentos, demonstrando a importância dessa ferramenta de trabalho arquivistas. Já no capítulo 3 (três), caracterizaremos a pesquisa em si, abrangendo a perspectiva de Arquivos Pessoais/Institucionais; expondo assim, uma pequena parte das correspondências do Acervo “Gabinete do Interventor”, fazendo um recorte temporal nos documentos, aplicando o Padrão de Análise Diplomática. Por fim, no capítulo 4 (quatro), apresentaremos as considerações finais, de modo a trazer discussões sobre os dados levantados no decorrer da construção dessa pesquisa, respondendo a problemática aqui colocada.

2. A DIPLOMÁTICA E SEUS ASPECTOS TEÓRICOS NO TRATAMENTO DOCUMENTAL.

A Diplomática tem sua origem no século XVII, somente no século XIX, ela se desenvolve como método e técnica científica, mesmo ainda sendo ligada a outras disciplinas, como a História e o Direito (TOGNOLI, 2008).

O uso da Diplomática, a princípio, concentrava-se na análise dos títulos de terras que a Igreja Católica possuía, atestando os direitos que o documento concedia e averiguando a veracidade dos fatos ali encontrados.

Conforme Belloto, assim foi o surgimento da Diplomática:

Nascida assim, muito imbricada à Paleografia e ao Direito Eclesiástico, a Diplomática tem evoluído em direção ao Direito, à Heurística e à Arquivística, modificando para tanto seus instrumentos e apresentando maior ampliação de objeto e campo de ação do que em sua origem. (BELLOTTO, 2002, p.16).

Uma das características na produção documental, na Antiguidade, era a incerteza quanto à autenticidade desses documentos, que somente se assegurava conforme a instituição onde os mesmos eram depositados. Segundo Tognoli (2008), “a falsificação era muito comum, uma vez que a autenticidade ou não dos documentos era atributo dado a eles de acordo com a instituição em que eram guardados”.

A partir da Idade Média houve o surgimento de regras para garantir a autenticidade dos documentos, podendo citar os humanistas Francesco Petrarca e Lorenzo Valla que aplicavam aos documentos políticos e religiosos a Crítica Filológica, (TOGNOLI, 2008, p.3).

Em 1643, a Igreja Católica buscando uma postura mais positivista e menos especulativa, publica a *Acta Sanctorum* que avaliava os testemunhos tomados sobre a vida de cada santo para confirmar a veracidade dos fatos.

Anos mais tarde, em 1675, o jesuíta Daniel Van Papenbroeck (1628- 1714) escreveu o segundo volume da *Acta*; apresentando princípios para estabelecer a autenticidade de documentos antigos, principalmente os que eram guardados no mosteiro de Sant Denis. Este fato colocou em descrédito a autenticidade desses documentos e ficou conhecido como “*Bella diplomática*”.

Impulsionado a esclarecer as colocações de Papenbroeck (1628- 1714), Dom Jean Mabillion (1632 - 1707) publicaria em 1681, a *De re diplomatica libri VI*, tendo como conteúdo critérios para análise e crítica textual.

Como aponta o título, a obra é composta de 6 livros em que Mabillion (1632 - 1707) destaca os documentos e suas estruturas; modos de transmissão da escrita; seu estilo; origem e difusão; o trabalho na chancelaria; discussões sobre os argumentos de Papenbroeck (1628 - 1714).

Desse modo:

“as suposições fundamentadas do tratado de Mabillion (1681) eram que o contexto em que o documento é criado se manifesta na sua forma física e intelectual, e que esta forma pode ser separada do conteúdo do documento e examinada independentemente disto. Esse método transformou “fatos escritos em fontes históricas, e norteou a crença de que o conhecimento sobre o passado, que não era de direto acesso, podia, apesar de tudo ser atingido, ao serem examinadas as partes do documento” (RODRIGUES Apud MACNEIL,2000, pg. 21-22).

Essas suposições nos levam a entender que a informação que se extrai do documento analisado é essencial e leva, não só a preservação da memória, mas à disseminação da informação ali contida.

De fato, percebeu-se que a Diplomática poderia ser usada na análise de documentos antigos, como fontes históricas. Assim, transformando a Diplomática como ciência auxiliar da História, e também como disciplina autônoma.

Perante isto, Cruz-Mundet (1996, p.83), destaca que a “Diplomática era considerada como uma das ciências auxiliares na Identificação Documental e juntamente com Paleografia era aplicada para determinar ou não a sua autenticidade”.

Neste contexto, a Diplomática trabalhava somente métodos para comprovação de títulos de terras e diplomas, sendo classificada como auxiliar da História e da Paleografia.

Portanto, o objeto da Diplomática constituía todos os documentos, desde os mais antigos aos mais atuais, e de documentos que eram considerados importantes para os estudiosos, onde se observava, não só a forma do documento, mas também sua estrutura interna e externa, como a tinta usada e sua estrutura física.

Desta forma, Mabillion (1632- 1707) é quem efetua a primeira sistematização rigorosa sobre a autenticidade de documentos. A sua metodologia foi usada para

examinar individualmente cerca de duzentos documentos diferentes, de várias épocas e os comparar. Verificou-se o que tinham em comum e qual era o procedimento do ambiente onde eles se encontravam. Os resultados obtidos neste estudo passaram a se configurar como os pressupostos teóricos da disciplina (RODRIGUES,2008).

A partir dos estudos de Mabillion (1632 - 1707), o documento apresenta agora formas físicas e intelectual, facilitando a sua análise, já que agora podem também ser e examinados separadamente.

Com isso, os métodos dos jesuítas se espalham pela Europa, fomentando a publicação de Manuais e Tratados, levando o ensino da Diplomática a ser introduzido nas Faculdades de Direito Europeias.

Dessa forma, a propagação da Diplomática se destaca primeiramente na França, Alemanha e Itália. Também foi desenvolvida nas escolas de outros países, como Portugal e Espanha, caracterizando inicialmente seu corpo teórico.

Durante o século XIX, embora a Diplomática ainda fosse considerada uma ciência auxiliar, com a introdução dos estudos nas escolas europeias, dentre elas, a *École des Chartes*, em Paris, e o *Institut für Osterreichgeschichte*, em Viena; contribuíram na área com as participações de estudiosos como Ficker (1826), Sickel (1867) e Bautier (1922).

Sendo assim, Sickel (1867) é um dos maiores destaques na área, como afirma Tognoli, Guimaraes (2009), “Theodor Von Sickel introduz o estudo da forma documental e o estudo crítico do documento, apresentando com rigor científico o método de análise das formas documentais”.

Analisando as posturas de Mabillion e Sickel podemos averiguar as diferentes formas de tratar o documento para averiguação da autenticidade.

De acordo com Cândido (2014):

Enquanto o método de Mabillion consistia em confrontar caracteres/elementos sobre a escrita demonstrando sua variação de acordo com cada época, Sickel em seu estudo mostrava que a autenticidade poderia ser averiguada pela análise crítica da escrita pois essa frequentemente iria ser diversificada entre os notários”.
(p.69)

Ou seja, a partir deste entendimento, a Diplomática passa a ser aplicada não somente para comprovar a veracidade do documento, também para analisar a estrutura e a criação do mesmo.

No século XIX, juntamente com o desenvolvimento e estudo da Diplomática nas escolas europeias, nasce também uma disciplina: a Arquivística, capaz de ser reconhecida como auxiliar na prática dos métodos de análise documental.

Segundo os autores Tognoli; Guimaraes, (2009), ressaltam que:

A Arquivística enquanto disciplina científica nasce no século XIX, no contexto da Revolução Francesa, como uma extensão da Diplomática, sendo rapidamente apropriada pelos historiadores, e seus estudos são iniciados através dos manuais de diplomática e das escolas de historiografia e documentação.

A ampliação do conceito da Diplomática é imprescindível para que se obtenha o novo entendimento no tratamento documental.

Dentre essas e outras afirmações, o desenvolvimento das práticas arquivísticas entendeu-se que a Diplomática e a Arquivística teriam a mesma essência documental por possuírem um mesmo objeto de estudo. Assim, passa-se a usar “a Tipologia Documental, que segundo Belloto,(1989, s.n.) é:

Uma ampliação da Diplomática em direção a gênese documental, perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora”.

Analisando a origem e o desenvolvimento das teorias que envolvem a Diplomática como parte na criação e função documento, podemos verificar que ao longo do tempo ela é classificada de algumas formas.

Sabe-se que a Diplomática teve origem no século XVII, para conceder autenticidade aos documentos como títulos de terra da Igreja Católica e que nasceram várias disciplinas técnicas para determinar essa autenticidade, no caso a Paleografia, a História e a Diplomática.

Considerando a importância da análise documental, essas disciplinas técnicas são consideradas decisivas no desenvolvimento do processo de Identificação. Sendo que a Paleografia concedia o entendimento da escrita e sua origem; seguido da História que acrescentava na análise o conhecimento da vida social e cultural inserido no documento; e a Diplomática fechando com a análise textual, sendo determinante no momento da comprovação dos documentos.

2.1 DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA

Ao longo dos anos, a Diplomática passou por várias fases de transição. A partir dos anos 80, verifica-se uma nova dimensão, desvinculando-se do “binômio necessário” que até então desempenhava com a Paleografia.

Contudo, em relação a Diplomática Moderna, o seu advento foi no século XVIII, por Theodor Von Sickel (1867), um historiador, empenhado nos estudos da Diplomática Moderna, já que a mesma era tida como auxiliar da história, Pereira (2016).

De acordo com Tognoli e Guimaraes (2009, p.27), Theodor Von Sickel foi que:

Induz o estudo da forma documental e o estudo crítico do documento apresentando rigor científico no método de análise das formas documentais, enquanto Ficker estabelece distinção entre *actio* (momento da ação) e *conscriptio* (momento da documentação) caracterizando assim a Diplomática como uma ciência de análise textual e de produção documental.

Sendo assim, esses dois autores concederam grande contribuição na discussão dos métodos de análise dos documentos.

O surgimento da Arquivística nas Escolas Europeias, no século XIX, transformou-se em uma extensão da Diplomática, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento específico sobre o tratamento de documento de arquivo.

Em virtude da produção documental pós-guerra, o modo da organização e conservação de documentos muda quanto ao valor concedido ao documento que se caracteriza mais histórico, passando, agora, para o valor administrativo também. Isso caracteriza uma nova forma de Gestão Documental.

Assim, o surgimento de novas funções administrativas promove o aumento das categorias documentais, trazendo uma nova abordagem paradigmática na Arquivística Moderna.

Com os estudos realizados nas décadas de 70 e 80, encontramos o marco teórico da Diplomática Contemporânea, Luciana Duranti (1989) e seus estudos sobre o objeto da Diplomática.

Duranti, (1989), caracteriza a Diplomática como “uma disciplina formativa para os Arquivistas. Isso fica claro com a inclusão da Diplomática na grade curricular dos cursos de Arquivologia”.

A autora aponta elementos internos/intrínsecos que caracterizam um documento por inteiro, que o mostra por completo, e os externos/extrínsecos são os que fazem perfeito, por mostram a essência e o objetivo daquele documento.

Segundo Durante (2015), existem características dentro desses dois pontos que devem ser ressaltados. Já que podemos chamá-los de guia para a análise dos documentos. São eles:

Quadro 01 – Elementos da Forma Documental

ELEMENTOS EXTRÍNSECOS DA FORMA DOCUMENTAL	
SUPORTE	Material que comunica a mensagem, Formato, Layout, Formatação, Tipos de textos diferentes, Tipos de caligrafias, Datilografias ou tintas, Parágrafos.
TEXTO	Tipo de escrita, Pontuação, Abreviaturas e iniciais, Emendas e correções, Software de computador, Fórmulas.
LINGUAGEM	Vocabulário, Dissertação, Estilo.
SINAIS ESPECIAIS	Sinais dos escritores e subscritores, Sinais de chancelaria Forma e tamanho.
SELOS	Tipologia Legenda ou inscrição Método de afixação.

ANOTAÇÕES	<p>Incluídas na fase de execução: autenticação, registro, sinais do lado do texto, ações anteriores ou futuras, datas de depoimentos ou leituras.</p> <p>Incluídas na fase de manuseio: notas de transmissão, destinação, assunto “urgente”, “chamar a atenção”, número de registro, número de classificação.</p> <p>Incluídas na fase administrativa: referências cruzadas, data e setor de recebimento, identificadores arquivísticos.</p>
------------------	---

Fonte: DURANTI, L (2015, p. 202)

Compondo os elementos intrínsecos que apresentam a articulação intelectual do documento; Duranti (2015), caracteriza desta forma:

Quadro 02 – Caracterização do documento textual

ELEMENTOS INTRÍNSECOS DA FORMA DOCUMENTAL	
PROTOCOLO	<p>Titulação: nome, título, credenciais e endereço de pessoa física ou jurídica.</p> <p>Título do documento: acordo selado, acordo, minuta.</p> <p>Data tópica e cronológica: indica local/e ou data da compilação do documento e/ou ação e qual documento se refere.</p> <p>Invocação: menção a Deus, ou em nome de quem cada ação tinha que ser realizada, presente tanto em documentos públicos quanto privado no período medieval.</p> <p>Subscrição: menção do nome do autor do documento e/ou a ação. Se encontra em documentos contratuais, em declarações e testamentos.</p> <p>Inscrição: apresenta o nome, título e endereço do destinatário.</p> <p>Saudação: forma de cumprimento que aparece somente em cartas. Em documentos modernos e contemporâneos a saudação está geralmente no escatocolo. As vezes tanto no protocolo quanto no escatocolo.</p> <p>Assunto: declaração que indica o assunto do documento.</p> <p>Fórmulas perpetuais: sentença que declara que os direitos instituídos pelo documento não estão circunscritos ao tempo: “in perpetuum” (para sempre), “ad perpetuam rei memoriam” (para sempre na memória) ou p.p (abreviatura para perpetuum).</p> <p>Apreciação: curta oração para a concepção do conteúdo do documento feliciter (felicidades) ou amem (assim seja). Uma forma moderna de apreciação é a expressão que sempre encerra os documentos contemporâneos “atenciosamente”, “eu agradeceria”, “cordialmente”.</p>
	<p>Preâmbulo: expressa o motivo ideal da ação. São as considerações gerais que não estão ligadas diretamente ao assunto do documento, mas expressam ideias que inspiram o autor.</p>

TEXTO	<p>Notificação: apresentação do significado do documento. Expressa a ação consignada ao documento comunicando a todos que tem interesse nela e as pessoas envolvidas.</p> <p>Exposição: narrativa das circunstâncias concretas e imediatas que deram origem à ação e/ou ao documento.</p> <p>Dispositivo: expressão da vontade ou julgamento do autor. Enunciado expressamente por meio de um verbo capaz de comunicar a natureza da ação e função do documento tal como “autorizar”, “promulgar”, “decretar”, “certificar”, “concordar”, “solicitar”, etc.</p> <p>Cláusulas finais: tem o objetivo de assegurar a execução da ação, evitar a sua violação, garantir sua validade, preservar os direitos de terceiros, atestar a execução de formalidades exigidas e indicar os meios empregados para atribuir ao documento valor probatório. Podendo ser essas cláusulas de injunção, proibição, derrogação, exceção, obrigação, renúncia, advertência por sanções espirituais ou penais.</p>
ESCATOCOLO	<p>Corrobação: informa os meios utilizados para validar o documento. Subscrição daqueles que participaram da produção do documento (autor, escritor, contra-assinatura) e das testemunhas a ordem ou a subscrição.</p> <p>Qualificação de assinaturas: menção do título e créditos de assinante.</p> <p>Notas: iniciais do datilógrafo, menção de anexos, indicação de que o documento tem cópia para outras pessoas.</p>

Fonte: DURANTI, L. (2015, p. 203 - 208)

Seguindo a análise sobre a identificação documental, buscando a eficácia quanto a gestão documental, observa-se as características baseando nos elementos textuais dos documentos quando analisados. Unindo esses elementos baseados nos estudos de Durant (2015) e Tognoli (2013), podemos constatar que a Diplomática Contemporânea passa a ser um dos métodos elementares no processo de Identificação. Sendo assim, o profissional arquivista absorve e aprimora técnicas relevantes na identificação de documentos.

Conseqüentemente, objetivando a análise mais ampla, Tognoli (2013), propõe um novo modelo de análise diplomática.

A Diplomática visa auxiliar o fazer arquivista, de modo que esse chegue à compreensão dos conjuntos documentais. Essa ferramenta é o estudo da Tipologia Documental (TOGNOLI,2007).

Devemos enfatizar os estudos do grupo de Arquivistas de Madri que também meados dos anos 80, trabalhou o conceito de Tipologia Documental como aponta Rodrigues,(2008):

A metodologia desenvolvida pelos Arquivistas Municipais de Madrid, nos anos 80 do século XX, bem como nos manuais de arquivística na Espanha, como é o caso de Cruz Mundet, em 2001, serviram de referência para o desenvolvimento de trabalhos sobre análise diplomática e Tipologia Documental no Brasil (RODRIGUES, 2008).

Portanto, a discussão sobre o objeto da Diplomática passou por várias fases, chegando, então, a ser desligado dos documentos medievais e passando a ser discutido no campo contemporâneo.

É o que mostra Tognoli e Guimaraes (2008.p.9), ressaltando a importante contribuição de Robert-Henri Bautier (1922 – 2010), estudioso francês, quando diz que “Bautier estabeleceu uma identidade entre documento diplomático e documento de arquivo, propondo o estudo dos documentos de épocas diferentes”.

Na década de 80, podemos observar as mudanças que a Diplomática sofreu em relação ao seu objeto e seu campo de estudo.

Em relação ao avanço metodológico da Diplomática Rodrigues (2008), ressalta que:

A Diplomática ressurgiu, “reinventada”, para alguns, ou “adaptada”, para outros, com o objetivo de aplicar os princípios teóricos e metodológicos aos documentos de arquivo, que em seu contexto de produção são por excelência, coletivos. (p. x)

Essa “nova” Diplomática é chamada Tipologia Documental se preocupa, agora, no estudo da forma e da gênese documental. Confirmando a nova função da Diplomática, Belloto (2002), afirma que a Diplomática é:

A ampliação da gênese documental perseguindo a nova contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora. Assim o objeto da Diplomática é configuração interna do documento, o estudo jurídico de suas partes e do seus caracteres para atingir sua autenticidade enquanto objeto da tipologia, além disso é estudá-lo enquanto componentes de conjuntos orgânicos, isto é, como integrante da mesma série documental advinda da junção de documentos correspondentes à mesma atividade. Nesse sentido, o conjunto homogêneo de atos. Está expresso em um conjunto homogêneo de documentos com uniformidade de vigência. (p.19)

Para a identificação e o tratamento correto dos documentos a nova abordagem tipológica acrescenta um conhecimento a mais e aumenta a abrangência do trabalho do arquivista nessa etapa inicial para análise dos tipos documentais.

Conforme Belloto (2002), na análise diplomática devemos reconhecer:

- 1) a sua autenticidade relativamente à espécie, ao conteúdo e
- 2) a finalidade;
- 3) a datação (datas tópica e cronológica);
- 4) a sua origem/proveniência;
- 5) a transmissão/tradição documental;
- 6) a fixação do texto.

Logo, a análise tipológica deve-se:

- 1) a sua origem/proveniência;
- 2) a sua vinculação à competência e as funções da entidade
- 3) Acumuladora;
- 4) a associação entre a espécie em causa e o tipo documental;
- 5) o conteúdo;
- 6) a datação. (BELLOTO, 2002. p.21)

Portanto, os princípios fundamentais da Arquivística, assim como estão presentes nos estudos da diplomática devem se enquadrar nos estudos da Tipologia. São eles:

- a) o princípio da Proveniência, que marca a identidade do documento, relativo ao produtor/acumulador;
- b) ao princípio da Unicidade, ao qual o documento conserva seu carácter único;
- c) ao princípio da Organicidade, onde ele mantém sua condição existencial e o princípios da indivisibilidade, onde o documento mantém sua especificidade de atuação (BELLOTO, 2002)

Rodrigues (2008, p.166), ainda completa enaltecendo o papel do arquivista quando diz que “a Tipologia Documental tem como parâmetro conceitual, a Identificação do Tipo, contido a fixação deste, necessita que o arquivista reconheça a espécie documental que associa a uma função e atividade gera o tipo documental”.

Partindo do pressuposto de que todo documento tem sua forma peculiar e que a identificação correta, uma análise estrutural e intelectual engloba essa nova

perspectiva da Diplomática Contemporânea. Podemos verificar seus elementos constitutivos: elementos internos/intrínsecos e os elementos externos/extrínsecos.

Belloto (2002), define-os desta forma:

Elementos Internos tem a haver com a estrutura física e com sua forma de apresentação. Relaciona-se com o gênero, isto é, com a configuração que assume o documento de acordo com o sistema de signos que seus executores se serviram para registrar a mensagem.

Elementos Externos tem a ver com o conteúdo substantivo, seu assunto propriamente dito, assim como a natureza de sua proveniência e função. (p. 24, 25)

Esses elementos internos/intrínsecos são os que caracterizam um documento por inteiro, que o mostra por completo; e os externos/extrínsecos são os que fazem perfeito por mostram a essência e o objetivo daquele documento.

Seguindo a análise sobre a Identificação Documental, buscando a eficácia quanto a Gestão Documental observa-se as características baseado nos elementos textuais dos documentos quando analisados. Unindo esses elementos baseados nos estudos de Duranti (2015) e Tognoli (2013), podemos constatar que a Diplomática Contemporânea passa a ser um dos métodos elementares no processo de Identificação. Sendo assim, o profissional arquivista absorve e aprimora técnicas relevantes na identificação de documentos.

Conseqüentemente, seguindo uma análise mais ampla, Tognoli (2013) propõe um novo modelo de análise diplomática:

O primeiro elemento a ser identificado é a espécie documental, observando sua natureza e disposição através da informação que este documento transmite. Por conseguinte, verificamos o tipo documental que se refere à atividade exercida pela espécie. Especificaremos conforme o objetivo deste trabalho a importância da Identificação no capítulo seguinte.

2.2 A IDENTIFICAÇÃO COMO ELEMENTO ESSENCIAL NA ANÁLISE DOCUMENTAL

Após a Segunda Guerra Mundial, houve uma explosão documental, um acúmulo grande de documentos produzidos por conta da contenção da eliminação dos mesmos por parte das instituições que o geraram, o que levou a uma grande

reflexão e uma preocupação para tratar, armazenar e difundir as informações contidas nessa massa documental (TOGNOLI; GUIMARÃES,2009).

Logo, os Estados Unidos e outros países ibero-americanos são considerados pioneiros, desde os anos 1940, na difusão da necessidade de haver uma organização documental que adequasse os processos de geração e armazenamento de documentos .Desta forma, até então a ótica inicial era mais administrativa e econômica do que arquivística, uma vez que, tratava-se essencialmente de otimizar o funcionamento de administração, limitando a quantidade de documentos produzidos e o prazo de guarda (INDOLFO, 2007).

Tendo como base tais aspectos no âmbito do arquivo, surge os métodos que dão aporte ao fazer arquivístico, que é a Gestão documental. De acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística (1996), Gestão de Documentos “é um conjunto de medidas e rotinas visando a racionalização e eficiência na criação, tramitação, classificação, uso primário e avaliação de arquivos”.

Por consequência, a sua aplicação contribui para as funções arquivísticas sob diversos aspectos, tais como: garantir que as políticas dos governos fossem documentadas adequadamente; reduz o número de documentos sem valor e transitórios sejam reunidos aos documentos de valor permanente; organizar de forma precisa os documentos que atingem a fase permanente e inibe a sua eliminação; define, de forma criteriosa, a parcela de documentos que constituem o patrimônio arquivística de um país, ou seja, de 2 a 5% da massa documental produzida.

A Gestão Documental contém tais aspectos:

Perante isto, a prática da Gestão Documental, se aplicada seguindo os parâmetros arquivística alcança economia e eficácia nos seguintes processos:

Na Produção: a concepção e gestão de formulários, preparação e gestão de correspondências, gestão dos informes e diretrizes, fomento de sistemas de gestão da informação e aplicação de tecnologias modernas a esses processos.

Na Utilização e Conservação: criação e melhoramento do sistema de arquivo e de recuperação de dados, gestão de correios e telecomunicação, seleção de uso de equipamentos reprográficos, análise de sistemas, produção e manutenção de programas de documentos vitais e uso de automação e reprografia nesses processos.

Na Destinação: a Identificação e descrição das séries documentais, estabelecimentos de programas de avaliação e destinação, eliminação e recolhimento dos documentos de valor permanente as instituições arquivística. (JARDIM ,1987 *Apud* RHOADS ,1983).

Deste modo, a Gestão Documental se reflete no arquivo de forma a otimizar a acesso e a recuperação da informação, permitindo a interação entre o documento e o usuário de forma eficaz para posterior tomadas de decisão, ao se ter como apoio o documento de arquivo.

De acordo com Jardim (1987), compartilhando das ideias apresentadas por Rhoads (1983), relata ainda que a Gestão Documental, nada mais é que:

Uma operação arquivística com o objetivo de reduzir seletivamente à proporção manipuláveis a massa de documentos que é características da civilização moderna, de forma a conservar permanentemente os que têm um valor cultural futuro sem menosprezar a integridade substantiva da massa documental para efeitos de pesquisa". (JARDIM, 1987 *apud* RHOADS, 1983)

Posto isto, a Gestão Documental ocorre por meio de uma operação seletiva na *análise documental/identificação*, advindo das funções presente na gestão, que são: produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão (ROUSSEAU; COUTURE 1998, p.265).

Dessa forma, observamos que não há como aplicar tais aspectos que advêm das funções Arquivística sem primeiro "identificar" o documento, no que se refere os seus caracteres/elementos internos e externos (CRUZ-MUNDET, 1996).

No entanto, isso ocorre na década de 80, onde se firma o termo "Identificação" como resultado da experiência metodológicas desenvolvidas por grupos de arquivistas, de países ibero-americanos, para minimizar problemas de acúmulo de documentos em arquivos.

Desta maneira, Thomé (2012) evidencia que a identificação documental consiste em:

Etapa do tratamento técnico arquivístico no qual são usados os fundamentos teóricos e metodológicos da Diplomática Contemporânea para identificar o documento de arquivo, seja ele digital ou convencional, com o objetivo de planejar sua gestão, normalizando procedimentos para sua classificação e avaliação (2012, p. 15)

A aplicação dos métodos que compõe este processo, entre eles a identificação, é o ponto de partida para realizarmos os estudos sobre as características do órgão produtor e de seus documentos.

Rodrigues (2016), compartilhando da ideia apresentado ao demonstrar a:

Identificação é uma fase de pesquisa, tarefa de natureza intelectual, que tem como objetos de estudo o órgão produtor e os seus documentos cujo processo de reconhecimento se fundamenta nos parâmetros da Diplomática em sua perspectiva clássica e contemporânea, a Tipologia Documental, produzindo conhecimento para o planejamento das funções arquivísticas: criação/produção, classificação, avaliação e descrição.

Deste modo, entendemos que a identificação se caracteriza como uma coleta de dados, feita de maneira conjunta, valorizando não somente a estrutura documental, mas também quem produziu a informação, acrescentará ao processo de análise documental as tipologias ali existentes.

Rodrigues (2008, p.65), pontua também que:

o método de Identificação analisa o documento de arquivo e os vínculos que mantêm com o órgão produtor, seja em fase de produção ou de acumulação. É um trabalho de pesquisa e de crítica sobre a gênese documental”. Com isso pode-se afirmar que o arquivista tem um papel fundamental que se distancia da posição de guardador da Informação e se aproxima na produção do conhecimento.

Desse modo, a Identificação é essencial na análise documental, pois, além de poder ser aplicada em todas as fases, não se limita a produção documental de instituições, mas também a organização da informação em acervos pessoais, como é o caso desta pesquisa.

Sabemos que a identidade do documento se dá por elementos que o compõe, que são a sua estrutura e substância. Precisa-se analisar os seus elementos constitutivos, o que podemos realizar através da aplicação da Diplomática. Antes de partimos para a análise, faz-se necessário uma ponderação entre arquivos pessoais e/ou institucionais quanto as suas diferenças e semelhanças, se houver.

2.3 ARQUIVOS PESSOAIS E INSTITUCIONAIS

Quando falamos em documentos de Arquivo, revela-se que se caracterizam em documentos históricos guardados e que exigem um certo cuidado para resistirem à ação do tempo e das pessoas; ou que são documentos produzidos por instituições no âmbito de suas atividades.

Podemos considerar, conforme o art. 2, da Lei 8.159 de janeiro de 1991, que:

Os arquivos são documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Em alguns países existe uma distinção entre o profissional arquivista quando se fala de arquivos históricos e arquivos públicos. Segundo o documento-proposta, elaborado no Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, que ocorreu em novembro de 1997, no eixo Rio de Janeiro e em São Paulo, reconhece duas similaridades importantes entre os arquivos pessoais e públicos:

- Ambos são artefatos de registro derivados de uma mesma atividade; os arquivos são evidências das transações da vida humana, seja ela organizacional, por conseguinte oficial, seja individual, e portanto, pessoal.
- Os arquivistas, tanto nos arquivos públicos quanto nos pessoais frequentemente usam procedimentos e métodos práticos semelhantes, em termos de como acessam, descrevem, armazenam fisicamente e conservam os arquivos e os colocam à disposição para fins de pesquisa. (COOK, 1998, p. 131).

Os arquivos pessoais se caracterizam pela sua origem, apontando assim as suas singularidades. Revelam a vida de um indivíduo, sua história, sua vida acadêmica e a relevância para a sociedade em que está inserido. Cada um pode ter seu arquivo particular, pois durante sua vida produz informação que se organiza e guarda para sua posteridade.

Segundo Camargo (2009, p.28), “os documentos de Arquivo são a materialização ou corporificação dos fatos; os documentos de arquivo são os próprios fatos”.

Tendo em vista esse pensamento, os documentos que fazem parte de arquivos pessoais ou institucionais não diferem no valor probatório ou informativo, mas apresentam especificidades quanto a produção do mesmo.

esses arquivos se diferem muito dos arquivos produzidos por uma instituição. Enquanto os documentos institucionais representam um conjunto homogêneo e necessário, resultado de uma atividade administrativa, os documentos pessoais podem ser produtos de uma intenção de perpetuar uma determinada imagem; portanto fruto de uma seleção arbitrária, os quais se apresentam como agrupamento

artificial e antinatural onde não é possível a objetividade”. (SILVA. C.S.; SILVA. R. B. P.,2013, *apud* SANTOS, 2012).

Embora nem tudo que se encontra em um arquivo pessoal possa ser ligado à atividade da instituição em que se encontra, não podem ser desprezados pelo fato de sua criação não ter origem fundamentada na missão da instituição.

Conforme Bellotto (2006, p.256), o arquivo pessoal se caracteriza como:

papeis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, cidadãos que apresente interesse para a pesquisa histórica, trazendo dados sobre a vida cotidiana, social, religiosa, econômica, cultural do tempo em que viveram ou sobre sua própria personalidade e comportamento.

Ao iniciar a pesquisa sobre o Fundo “**Gabinete do Interventor**” onde se encontram as correspondências do Magalhães Barata, Interventor político-militar, e pessoas que o procuravam para pedir algum tipo auxílio, notamos quão importante foi reunir e organizar esse fundo, pela razão de se obter informações valiosas sobre esse período político.

Para compreender essa visão do valor dos arquivos pessoais que se encontram nas instituições públicas, observemos a opinião da historiadora francesa Anne Zink quando diz que “os itens mais significativos em um arquivo pessoal são os diários íntimos, os livros de despesas domésticas e sobretudo, as correspondências, na qual é possível encontrar modos de sentir e motivações”. (2001, p. 125-128)

Configura-se, desta forma, que os arquivos pessoais são atrelados aos arquivos institucionais pelo seguinte ensejo: o valor que apresenta à memória individual e coletiva da sociedade a que pertence o produtor dos documentos; e que devemos respeitar a originalidade dos mesmos tratando, conforme suas especificidades, mas nunca extraíndo o seu valor como documento informativo também.

3. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA: O FUNDO/ACERVO “INTERVENTOR MAGALHÃES BARATA”.

Neste capítulo, vamos introduzir informações pessoais do Interventor Magalhães Barata (1888-1959), para compreender melhor o processo e produção das correspondências as quais receberão a análise diplomática de Tognoli (2013), assim como o recorte temporal das cartas produzidas no período de 1930.

Realizou-se duas visitas ao Arquivo Público do Estado do Pará, instituição que custodia este fundo, entre os dias 08/05 e 05/07 de 2018, para obter as informações necessárias à pesquisa. Decidiu-se analisar as cartas que compõe os anos de 1934-1935, por dois fatores: pela quantidade de documentos da espécie e pelo estado razoável de conservação do suporte e das informações ali encontradas.

Mas antes de fazer análise das correspondências, far-se-á um breve histórico sobre o Interventor Magalhães Barata.

Joaquim de Magalhães Cardoso Barata nasceu no Distrito de Val-de-Cães, em Belém do Pará, no dia 02 de junho de 1888. Filho do Major Marcelino Cardoso Barata e de Gabrina de Magalhães Barata, ingressou na carreira militar em 1904. Em 1911, tornou-se aspirante a oficial na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro.

Regressando a Belém foi promovido a segundo-tenente, classificado no 47º Batalhão de Caçadores, comandando a guarnição da fronteira Brasil-Guiana, em Oiapoque.

Em 1922, no ápice do movimento revolucionário, Magalhães Barata ligou-se aos “Tenentes” e recebeu a missão de prender o Ministro de Guerra Fernando Setembrino de Carvalho. Este ato iria desencadear o levante do corpo de tropas aquarteladas no Paraná e no Rio de Janeiro. Ao ser descoberto o plano, Magalhães Barata foi preso e enviado para o 27º Batalhão de Caçadores em Manaus.

Em 1924, juntamente com os tenentes Alfredo Augusto Ribeiro Junior e Sebastião Mendes de Holanda tentaram tomar a unidade que serviam.

O movimento revolucionário foi, mais tarde, abandonado pelos rebeldes; sendo Magalhães Barata) preso. Novamente em processo de fuga, refugiou-se no Uruguai, retornando ao Brasil meses antes da Revolução de 1930.

A revolução de 1930 ficou conhecida como um golpe de estado comandado pelos tenentes do exército juntamente com algumas camadas da população civil urbana, em resposta ao descontentamento com a “Política do Café com Leite” a qual

políticos de São Paulo e Minas Gerais se alternavam no poder por meio de fraudes eleitorais perpetuadas pelas oligarquias rurais que dominavam o país (NETO, 2017, p. 33-98).

Magalhães Barata (1888-1959), governou o Pará três vezes, sendo duas como interventor no período de 1930-1935 e 1943-1945; como candidato eleito no período de 1956-1959, tornando-se o maior político do estado do Pará.

Entretanto, para esta análise, levou-se em consideração o período da sua primeira interventoria, compreende os anos de 1934 e 1935 anos, as produções das cartas, por conta do estabelecimento de sua política populista e igualitária, dispensados às camadas menos favorecidas da sociedade paraense da época.

3.1 ANÁLISE DAS CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS NO PERÍODO 1934 E 1935 DO FUNDO “GABINETE DO INTERVENTOR”.

Entendendo que a “nova diplomática” se preocupa com a forma e a gênese documental e que o seu objeto é a configuração interna do documento, devemos conhecer as categorias documentais para prosseguir com a análise do nosso objeto: as cartas de Magalhães Barata (1888-1959).

As Categorias Documentais são estipuladas pelas gradações da representatividade jurídica dos conteúdos dos documentos que nelas se enquadram. Assim os documentos públicos e os notariais podem ser: dispositivos, testemunhais e informativos (BELLOTO,1991).

Quadro 03 – Categoria Documental

Categorias Documentais	
Documentos Dispositivos	<p>Normativos: leis, decretos, instrução normativa, estatutos, ordem de serviço, regimento, decisão, regulamento, acórdão, resolução e despacho decisório.</p> <p>De Ajuste: tratado, ajuste, convênio, termo, contrato e pacto.</p> <p>Correspondência: alvará, intimação, circular, exposição de motivos, aviso, edital, portaria e memorando</p>
Documentos Testemunhais	<p>Assentamento: ata, termo, apostila, auto de infração e etc.</p> <p>Comprobatório: atestados, certidões, traslados e cópias certificadas.</p>

Documentos Informativos	Opinativos/enunciativos: pareceres, informações, relatórios, notas e despachos interlocutórios.
--------------------------------	--

Fonte: BELLOTTO (1991).

Segundo a tabela exposta, a carta ou correspondência se enquadram nos documentos dispositivos. Usou-se a nomenclatura “carta” para facilitar o entendimento da pesquisa.

Podemos definir a espécie ‘Carta’ como uma forma de comunicação escrita que se estabelece entre pessoas físicas ou jurídicas para tratar de assuntos de mútuo interesse.

Continuando uma definição mais precisa a Carta é:

um documento não-diplomático, mas de desenho mais ou menos padronizado, informativo, ascendente, descendente, horizontal, conforme o caso. Nas atividades privadas da área comercial, industrial, bancária, social, entre outras, a carta é uma forma de *correspondência* largamente utilizada para transmitir informação, **solicitar favores**, fazer convites, etc. Sem ser obrigatório, diplomaticamente, há uma certa padronização. (BELLOTTO, 2002, p. 51).

Seguindo essa definição, conseguimos relacionar o conceito da espécie documental com a razão da sua produção durante o Governo interventor de Magalhães Barata.

Com o intuito de difundir a política de sua interventoria perante o povo, Magalhães Barata abriu espaço para que pessoas simples e necessitadas, de algum tipo de auxílio, pudessem ser “ouvidas”. As audiências populares começavam com os envios de cartas com pedidos diversos, que englobavam pedidos de emprego, audiências e denúncias.

O Interventor Joaquim de Magalhães Cardoso Barata (1888-1959), legitimou e oficializou a produção e o envio de cartas para o seu gabinete (SILVA, 2010, p. 40).

Essas cartas exprimiam o cotidiano, os anseios e as dificuldades de pessoas de várias esferas da sociedade. Elas acreditavam no poder que o Interventor demonstrava e com isso Magalhães Barata passou a ser chamado “Pai dos Pobres”, uma sucinta comparação a Getúlio Vargas (1882-1954).

Durante a pesquisa, levantou-se alguns dados quanto a série “cartas”, de Magalhães Barata. Na verdade, nas caixas em que estão acondicionados estes

documentos encontramos não somente cartas, mas também ofícios e memorandos. Como nem todos os documentos estão em bom estado, tendo que ter o máximo cuidado ao manusear, obteve-se o seguinte resultado ao fazer este breve levantamento:

Quadro 04– Carta do fundo Magalhaes Barata

Quantidade de cartas	
1934	Junho: 36 cartas e 1 recorte de jornal. Setembro: 35 cartas; 1 recorte de jornal e 3 documentos avulsos. Outubro: 31 cartas. Novembro: 54 cartas.
1935	Janeiro: 1 carta. Fevereiro: 6 cartas. Março: 153 documentos entre cartas; ofícios e memorandos 4 exemplares da revista “Direito Comercial”.

Fonte: o autor

O estudo do período em que as cartas foram escritas demonstrou que no ano de 1934, houve um aumento no número de cartas, devido a iminente mudança política que se aproximava com a escolha de um representante para o governo. Neste período, foram muitos pedidos de emprego por conta do período de eleição. No ano de 1935, já partindo com a substituição do interventor, verifica-se a baixa produção de as cartas, as chamadas cartas-petições.

Dentre esses documentos, escolhemos a tipologia “carta” para aplicarmos o Padrão de Análise Diplomática de Tognoli (2013). Percebendo que, ao nos basearmos neste padrão, conseguiremos identificar elementos essenciais para o entendimento do documento, como a espécie documental, o tipo documental, a categoria documental, a natureza do ato, entre outros que estão dispostos no modelo abaixo.

Quadro 05 – Padrão para Análise Diplomática

Padrão de análise diplomática
Espécie documental:
Tipo documental:
Categoria Documental: Dispositivo Probatório Informativo
Natureza do ato: Público

Privado
Elementos externos: Material: Tipo de escrita: Qualidade de impressão (visualização, integridade do documento): Meio de registro: Selos e Sinais:
Elementos internos: Língua: Estilo de linguagem: Protocolo Inicia: I (Título/Assunto/Datas/Invocação/Titulação – nome e predicado do autor e destinatário/Saudação inicial) Texto (preâmbulo/exposição/notificação/dispositivo/sanção/corroboração/ anúncio dos sinais de validação) Protocolo Final (precação/Saudação final/datas/subscrição)
Pessoas envolvidas na criação do documento: Autor da ação Autor do documento Destinatário da ação Destinatário do documento Escritor Testemunhas envolvidas
Estado de transmissão: Pré-original Original Pós-original
Informações complementares: Fundo produtor/recebedor: Grupo Série Notação

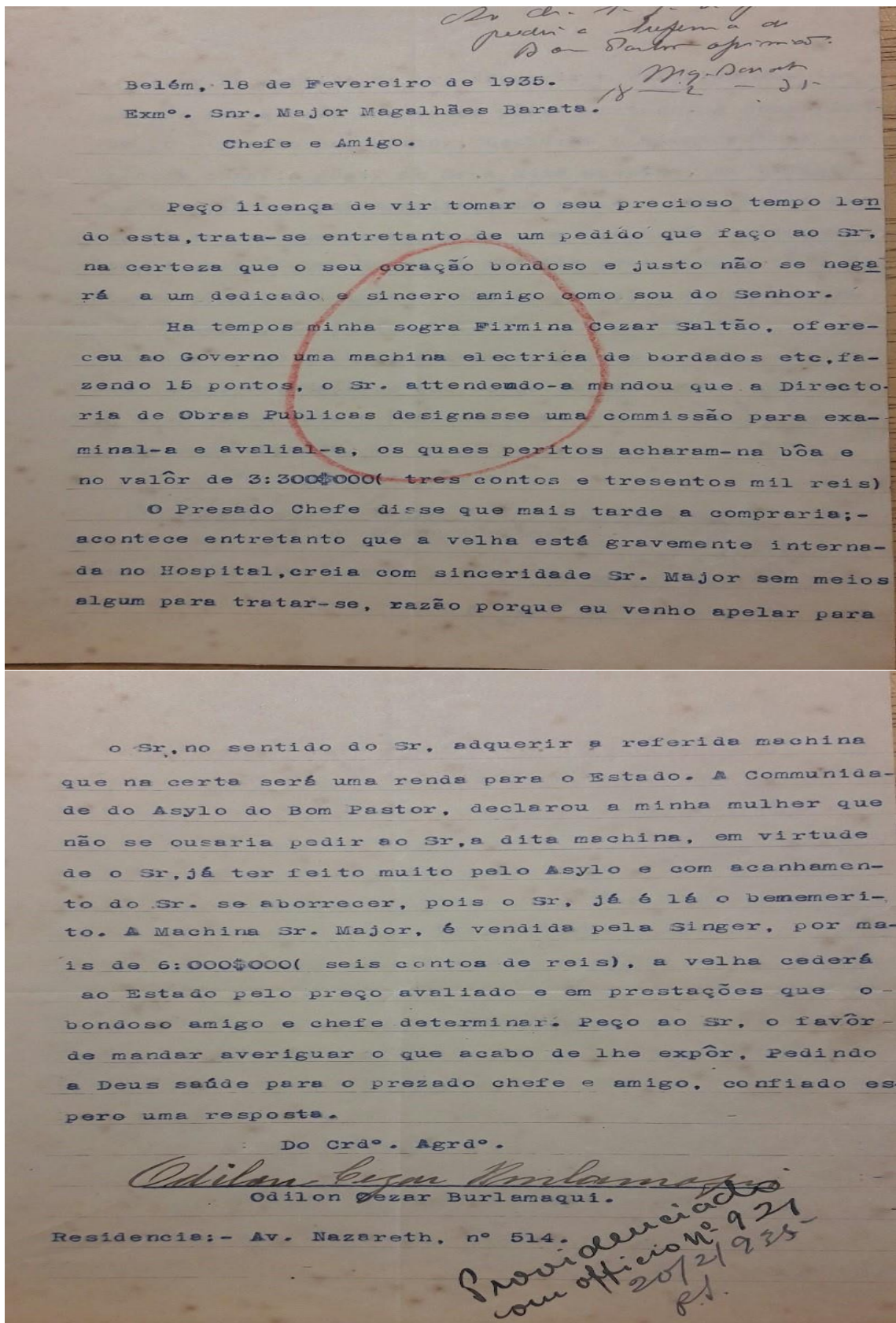
Fonte: TOGNOLI (2013).

Desta forma aplicaremos, a seguir, nas duas tipologias encontradas o Padrão o que colocamos nesta pesquisa.

A primeira carta é representada pela **Fotografia 06** – Carta Simples que foi analisada, encontra-se em estado conservado, com escrita datilografada, enquadrando-se na categoria documental de dispositivo, revelando uma exposição de motivos. Apresenta em seu conteúdo o oferecimento, ao governo, de uma máquina de bordado que chegou a ser avaliada, mas não chegou a ser comprada. Em virtude de a proprietária necessitar do valor cobrado, por conta de problemas de saúde, o genro vem interceder em nome da sogra para que, o então interventor, liberasse o processo de compra.

Esse ato confirma, não somente a liberdade na aproximação entre o governo interventor e a população, como mostra também variados tipos de pedidos que eram tratados nestas cartas.

Fotografia 06 – Carta Simples



Análise 07 - da Fotografia 06 – Carta Simples
Padrão de análise diplomática
Espécie documental: Carta
Tipo documental: carta particular
Categoria Documental: <i>dispositivo de correspondência</i>
Natureza do ato: Privado
Elementos externos <i>Material:</i> Papel. <i>Tipo de escrita:</i> Alfabética/datilografado. <i>Qualidade de impressão:</i> Boa. <i>Meio de registro:</i> <i>Selos e Sinais:</i> -
Elementos internos <i>Língua:</i> Português. <i>Estilo de linguagem:</i> Linguagem Formal.
Protocolo Inicial <i>Título:</i> “Belém, 18 de janeiro de 1935, Exmº Snr. Major Magalhães Barata” <i>Assunto:</i> compra de uma máquina de bordado. <i>Datas:</i> 18 de fevereiro de 1935 <i>Invocação:</i> - <i>Titulação:</i> <i>Saudação inicial:</i> -
Texto <i>Preâmbulo:</i> compra de uma máquina de bordado no valor de três contos e trezentos mil reis da sogra do Senhor Odilon C. Burlamaqui <i>Exposição:</i> <i>Notificação:</i> - <i>Dispositivo:</i> “horizontal <i>Sanção:</i> - <i>Corroboração:</i>
Protocolo Final <i>Precação:</i> - <i>Saudação final:</i> - “Pedindo a Deus saúde para o prezado chefe e amigo, confiando espero uma resposta”. <i>Datas:</i> 18 de janeiro de 1935 <i>Subscrição:</i>
Pessoas envolvidas na criação do documento <i>Autor da ação/Autor do documento:</i> Odilon Cezar Burlamaqui. <i>Destinatário da ação/Destinatário do documento:</i> Interventor Magalhães Barata. <i>Escritor:</i> o próprio autor. <i>Testemunhas envolvidas:</i>
Estado de transmissão: Original.
Informações complementares <i>Fundo produtor/recebedor:</i> Gabinete do Interventor <i>Grupo:</i> - <i>Série:</i> -Cartas <i>Notação:</i> -

Fonte: o autor

A segunda carta analisada, como mostra a **Fotografia 8**, apresenta uma escrita simples, direcionada também ao interventor como um pedido de adiantamento de herança em valores, exposta em um inventário para ajuda financeira de uma família. Expõe um conteúdo bem definido e direto. O documento encontra-se em bom estado, facilitando o entendimento e a extração da informação.

Fotografia 08 –Carta Simples

Março

Na penultima em petição
 e do nome do de li-
 ar e judicial.

Ex^{ma} Sn^{ra} Major Barata M^{re} Com^{re}
 13-3-35

Laudações

Tendo o meu pae fallecido José
 Francisco ~~Luiz~~ (José ~~Luiz~~) deixando
 no thezouro certa quantia e como ja'
 tenha se iniciado o inventario do
 qual e procurador meu sogro Dr. Yulio
 Costa, que se acha no Rio de Janeiro a
 V. Ex^{cia}, confiante na vossa genero-
 sidade e ~~tambem~~ em nome de
 meus ~~casos~~ ~~filhos~~ que se acham
 necessitados de tudo, pois actualmente
 o meu marido está gastando muito
 pouco, que me mande adiantar
 quinhentas mil reis, para serem
 descontados dos quinhão que me tocar

no inventario que se está processando
 no foro. Espero que o bom Interventor
 attenderá o meu pedido e tambem
 por ser a primeira vez que irei receber
 um pouco de dinheiro que o meu querido
 e bom pae me deixou, pois até agora
 não recebi um real desse dinheiro.
 Sem mais, desde ja' agradeço a V. Ex^{cia}

Yulioide Luiz de Bagatães Costa
 15/3/935

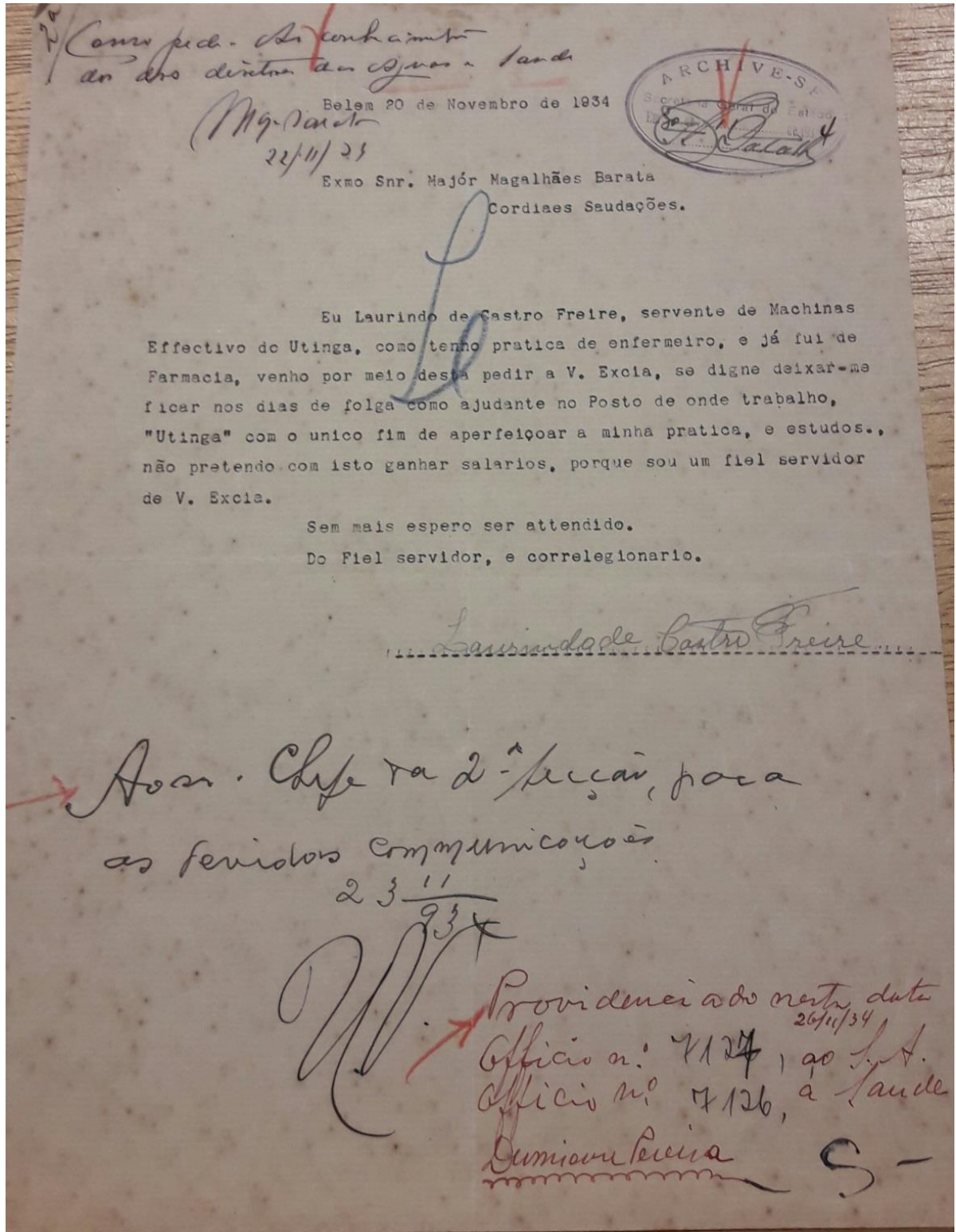
Análise 09 - da Fotografia 07 – Carta Simples
Padrão de análise diplomática
Espécie documental: Carta
Tipo documental: carta simples
Categoria Documental: <i>dispositivo de correspondência</i>
Natureza do ato: privado
Elementos externos <i>Material:</i> Papel. <i>Tipo de escrita:</i> Alfabética/escrita a punho. <i>Qualidade de impressão:</i> Boa. <i>Meio de registro:</i> <i>Selos e Sinais:</i> -
Elementos internos <i>Língua:</i> Português. <i>Estilo de linguagem:</i> Linguagem Formal.
Protocolo Inicial <i>Título:</i> <i>Assunto:</i> <i>Datas:</i> 15 de marco de 1935 <i>Invocação:</i> - <i>Titulação:</i> <i>Saudação inicial:</i> -
Texto <i>Preâmbulo:</i> pedido de liberação do adiantamento da herança no valor de quinhentos mil réis. <i>Exposição:</i> <i>Notificação:</i> - <i>Dispositivo:</i> “” sem mais, desde já agradeço”. <i>Sanção:</i> - <i>Corroboração:</i>
Protocolo Final <i>Precação:</i> - <i>Saudação final:</i> - <i>Datas:</i> 15 de marco 1935 <i>Subscrição:</i>
Pessoas envolvidas na criação do documento <i>Autor da ação/Autor do documento:</i> Zuleide Luiz de Magalhães Costa <i>Destinatário da ação/Destinatário do documento:</i> <i>Escritor:</i> o próprio autor. <i>Testemunhas envolvidas:</i>
Estado de transmissão: Original.
Informações complementares <i>Fundo produtor/recebedor:</i> Gabinete do Interventor <i>Grupo:</i> - <i>Série:</i> cartas- <i>Notação:</i> -

Fonte: o autor

A terceira carta representada pela **fotografia 10**, apresenta em seu conteúdo um pedido de folga do sr. Laurindo para aperfeiçoamento do ofício exercido. Demonstrando mais

uma vez que pessoas de variadas classes poderiam levar seus pedidos ao Gabinete do Interventor.

Fotografia 10 – Carta Simples



Análise 11 - da Fotografia 10 – Carta Simples
Padrão de análise diplomática
Espécie documental: Carta
Tipo documental: carta simples
Categoria Documental: dispositivo
Natureza do ato: privado
<p>Elementos externos <i>Material:</i> Papel. <i>Tipo de escrita:</i> Alfabética/. datilografada <i>Qualidade de impressão:</i> Boa. <i>Meio de registro:</i> <i>Selos e Sinais:</i> -</p>
<p>Elementos internos <i>Língua:</i> Português. <i>Estilo de linguagem:</i> Linguagem Formal.</p> <p>Protocolo Inicial <i>Título:</i> <i>Assunto:</i> <i>Datas:</i> 20 de novembro de 1934 <i>Invocação:</i> - <i>Titulação:</i> <i>Saudação inicial:</i> -</p> <p>Texto <i>Preâmbulo:</i> pedido de folga para de descanso e estudo. <i>Exposição:</i> <i>Notificação:</i> - <i>Dispositivo:</i> “” sem mais, espero ser atendido, do fiel servidor e correlegionário.” <i>Sanção:</i> - <i>Corroboração:</i></p> <p>Protocolo Final <i>Precação:</i> - <i>Saudação final:</i> - <i>Datas:</i> 29 de novembro de 1934 <i>Subscrição:</i></p>
<p>Pessoas envolvidas na criação do documento <i>Autor da ação/Autor do documento:</i> Laurindo de Castro Freire <i>Destinatário da ação/Destinatário do documento:</i> Interventor Magalhães Barata <i>Escritor:</i> o próprio autor. <i>Testemunhas envolvidas:</i></p>
Estado de transmissão: Original.
<p>Informações complementares <i>Fundo produtor/recebedor:</i> Gabinete do Interventor <i>Grupo:</i> - <i>Série:</i> -Cartas <i>Notação:</i> -</p>

Fonte: o autor

O modelo de análise diplomática aplicado nas cartas serviu para obter informações coerentes, apesar do acervo já se encontrar previamente organizado. Observou-se que ao adotar este padrão, foi nos dado a possibilidade subtrair informações em relação ao produtor, o período em que foram criadas dando o devido valor a este acervo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos esta pesquisa, refletindo em meio a massa documental que foi e está sendo produzida até hoje, observando a importância dessa informação a ser identificada e organizada, observou-se o quanto necessário se faz o entendimento de se obter gestão documental, passando pela identificação e análise documental. Assim, conseguiu-se introduzir a Identificação como auxílio à análise documental, considerando a estrutura do documento, através da aplicação da Diplomática.

Acredita-se no êxito quanto ao objetivo fixado neste trabalho, quando aplicamos de maneira organizada a metodologia proposta, tanto para realizar a pesquisa em si, quanto para aplicar o Padrão de Análise Diplomática na tipologia “carta”.

Esta pesquisa teve o intuito de fazer reflexões pontuais sobre a Diplomática, transcorrendo desde de sua origem - quando era apenas usada para dar autenticidade aos documentos eclesiásticos - e passando pelas várias mudanças ocorridas durante o processo de entendimento da gestão documental, auxiliando assim a compreensão dos conjuntos documentais e sua tipologias.

Por conta desse entendimento, constatou-se que para haver uma melhor organização documental, quer seja em intuições públicas ou privadas, é necessária que a identificação faça parte do processo de análise.

Decidiu-se trabalhar com a tipologia “carta”, por entender que se poderia extrair informações que levem a organização do acervo/fundo a que pertence. Partindo dessa questão, trabalhou-se com as cartas que pertencem ao Fundo “Gabinete do Interventor”, custodiado pelo Arquivo Público do Estado do Pará.

Ratificou-se que o objeto desta pesquisa, as cartas, tem grande relevância para o contexto histórico em que foi criada, como também para contexto atual. Caracterizam-se como correspondência de várias camadas da sociedade que eram enviadas ao Gabinete do então Interventor Magalhães Barata, tendo no seu conteúdo destaque para pedidos de favores.

Ao aplicar Padrão de Análise Diplomática nas cartas escolhidas, obteve-se informações interessantes que caracterizam um período histórico importante para o Estado do Pará. Isto será de grande proveito e que seja interessante ser aplicado futuramente, colocando ao dispor da sociedade civil estas informações.

Ao fim da pesquisa, entende-se que é possível empregar os meios de identificação documental juntamente com a análise diplomática, podendo auxiliar-nos na identificação de tipologia como as cartas, servindo de suporte para a propagação da informação.

Esse ato confirma, não somente a liberdade na aproximação entre o governo interventor e a população, como mostra também variados tipos de pedidos que eram tratados nestas cartas.

5.REFERÊNCIAS

BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo.** Arquivo do Estado, 2002.

BELLOTTO, H.L. **Arquivística – Objetos, Princípios e Rumos.** Associação dos Arquivistas de São Paulo,2002.

BELLOTTO, H. L. **Diplomática e tipologia documental em arquivos.** 2ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

CAMARGO, A. M.A. **Arquivos pessoais são arquivos.** Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 28, jul. - dez .2009.

CÂNDIDO, G. G. **A Representação da Informação no documento de Arquivo na perspectiva metodológicas para a elaboração de Pontos de Acesso.2014**

COOK, T. **Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós-Moderno.**1998

DURANTI, L. **Diplomática: Novos usos para uma antiga ciência (Parte V), Acervo,** Rio de janeiro, v. 28, n. 1, p. 196-215, jan./jun. 2015.

INDOLFO, A. C. **Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia.**2007

PEREIRA, E. C. S. **Tipologia Documental: Uma Análise na Produção da Igreja Evangélica Maranata.** 2016.

RODRIGUES, A. C. **Diplomática Contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos.** Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana. São Paulo. 2008.

RODRIGUES, A. C. **Diplomática e Arquivística: diálogo para a construção do método de Identificação da Tipologia Documental.**2016

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

THOMÉ, R. T. **Elementos de identificação de tipologia documental para a gestão de documentos: estudo de modelos metodológicos a partir da literatura arquivística da Espanha e do Brasil.** Projeto de Pesquisa (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense - Instituto de Arte e Comunicação social. Niterói, 2012.

TOGNOLI, N. B. **A Construção Teórica da Diplomática: Em busca de uma Sistematização de seus Marcos Teóricos como Subsídio aos Estudos Arquivísticos.** 2014.

TOGNOLI, N. B.; BARROS, T. H. B. – **As implicações teóricas dos Arquivos Pessoais: elementos conceituais.** 2011.

TOGNOLI, N. B. **A Diplomática Arquivista Contemporânea: O papel teórico de Luciana Duranti.** 2008.

TOGNOLI, N. B.; GUIMARAES, J. A. C. **A Diplomática Contemporânea como base metodológica para a organização do Conhecimento Arquivístico: Perspectivas de renovação a partir das ideias de Luciana Duranti.**2009.

TOGNOLI, N. B.; GUIMARÃES, J. A. C. O papel teórico de Luciana Duranti na diplomática contemporânea: elementos para uma reflexão sobre a organização da informação. **In: CONGRESO DE ARCHIVOLOGÍA DEL MERCOSUR.** 2007.

ZINK, ANNE. Vous avez des archives? Vellez sur ells. **Archives Juives.** Vol. 34, p.125-128. 2001.